

2. ENOBRECIMENTO URBANO¹

Silvana Rubino

No segundo volume de suas memórias, a escritora anglo-africana Doris Lessing narra sua odisséia em busca de um lugar para morar na fascinante Londres do pós-guerra. Os bairros antes viáveis estavam caros, impraticáveis, e em dado momento ela nomeia: “A palavra ‘gentrification’, quer dizer, a transformação gradual de uma zona popular em região nobre, ainda não fazia parte do vocabulário” (Lessing, 1998: 402). Não fazia mesmo. O termo foi usado pela primeira vez na mesma Inglaterra em 1964, pela socióloga Ruth Glass:

[u]m por um, muitos dos quarteirões de classe trabalhadora de Londres foram invadidos pelas classes médias, alta e baixa. Casinhas e pardieiros rotos e simples – dois cômodos embaixo, dois em cima – foram tomados, quando seus aluguéis expiraram, e se tornaram residências caras e elegantes. Grandes casas vitorianas, degradadas há muito tempo ou recentemente – usadas como pensões ou outro tipo de ocupação múltipla – foram valorizadas de novo. Hoje em dia, muitas dessas casas foram subdivididas em flats dispendiosos ou *houselets* (para usar um jargão snob). O *status* social e o valor de tais moradias é freqüentemente inverso ao seu tamanho, e de qualquer modo muito inflacionado em comparação com os níveis anteriores do bairro. Uma vez que esse processo de “*gentrification*” começa, ele vai rapidamente se espalhando até que a maioria dos ocupantes trabalhadores originais são deslocados, e todo o caráter social do bairro é alterado

(Glass, 1964: xviii-xix).

Duas décadas depois, a palavra que faltava à experiência social da autora de *O carnê dourado*, e o termo descritivo de Glass passavam a constar nos dicionários de língua inglesa. A menção à necessidade de nomear, de encontrar um termo para uma prática social já identificável não é fortuita. Se o termo

¹ Optamos aqui em chamar enobrecimento urbano o que a bibliografia corrente denomina *gentrification*, traduzindo ou não o termo, por razões que veremos ao longo desse texto.

foi cunhado nos anos 1960, aqueles em que Jane Jacobs colocava o dedo na ferida das grandes cidades norte-americanas, o debate que redefiniu o termo *gentrification* é dos anos 1980 e 1990, ou seja, da década que muitos economistas julgaram perdida e daquela cuja nomeação de uma nova ordem mundial trouxe o espaço como categoria central para a reflexão social. Não é de se espantar, pois, o predomínio dos geógrafos urbanos e das explicações centradas na economia nesse debate a respeito das origens e da motivação desse fato sócio-espacial.

Mais do que isso: se concordamos com Atkinson e Bridge (2005), a *gentrification* é global, não mais confinada às cidades do ocidente. Tampouco limita-se às cidades denominadas globais. Esse espraiamento global da *gentrification*, que inclui países antes comunistas ou, nos termos de Neil Smith (2000), a “gentrificação generalizada” traz questões a respeito de sua extensão: seria parte da globalização? Ou seria a expansão do termo que teria gerado o que Bourdieu denominou “efeito teoria”?

Um conceito descritivo e as acepções agregadas

Retomando a acepção original, gostaria de chamar a atenção para dois aspectos. Em primeiro lugar, a não alteração do espaço construído. As casinhas modestas e geminadas a que Glass se referia certamente são as mesmas habitações operárias de péssimas condições a que Frederich Engels se referia no texto “A grande cidade”, de meados do século XIX. Temos em um século e meio uma mudança de enquadramento, de percepção e classificação na qual o que antes era descrito com o mais degradado dos ambientes é revestido de charme e distinção, em movimento semelhante a todo o patrimônio industrial.² Não é um processo de re-significação baseado num “bota abaixo”, nos moldes da reforma de Paris da segunda metade do XIX ou da proposta que Le Corbusier fez para a mesma cidade nos anos 1920. Trata-se, ao contrário, de um processo destrutivo de relações sociais que paradoxalmente mantém e preserva grande parte das características espaciais. Em segundo lugar, chamaria a atenção para o caráter assumidamente antimodernista desses processos de ocupação do espaço urbano nos anos 1960, ligados então à reabilitação de áreas tidas como obsoletas, não por acaso contemporâneos do *best-seller*

² Pensemos, por exemplo, nas descrições de Pugin no século XIX, nas quais a chaminé era um sinal de degradação e na aura nostálgica que estas adquiriram em diversas metrópoles.

de Jane Jacobs, *Morte e vida das grandes cidades (americanas)* (Jacobs, 2003), no qual a já mencionada jornalista canadense celebrava a diversidade dos usos, a espontaneidade da ocupação e a desordem vital da cidade pedestre – além do aproveitamento das construções antigas em meio às novas. Uma pergunta que emerge dessas duas observações pode ser: movimentos que já classificamos como antípodas, como preservar e demolir/construir, podem ser vinculados na paisagem urbana contemporânea? Se sim, será o enobrecimento urbano a sua conexão?

Vinte anos depois da cunhagem do termo (ou seja, há vinte anos atrás), Smith e Williams definiram a *gentrification*: “como a *reabilitação de casas trabalhadoras* e abandonadas e conseqüentemente a transformação de uma área em um bairro de classe média” (Smith e Williams, 1986. Grifos adicionais). A aparente espontaneidade descrita por Glass era esmaecida enquanto os contornos de uma política urbana se delineavam e nesse momento a palavra ganhou novo fôlego, percorrendo um certo translado: de termo explicativo e descritivo a conceito analítico.

O geógrafo Tom Slater (s.d.) classifica (com as conseqüentes perdas desse tipo de divisão) duas vertentes teóricas (ao mesmo tempo políticas) nos estudos sobre o tema e o termo. De um lado, autores que pensam a *gentrification* com ênfase em um lote de imóveis, em áreas abandonadas e no papel das finanças públicas e privadas; de outro, a ênfase recai no papel dos “gentrificadores”, dos pioneiros, a chamada nova classe média urbana, suas demandas e práticas de consumo. No primeiro argumento, temos a presença definidora do geógrafo Neil Smith (2000), para quem tais processos ocorrem como uma volta, um retorno do capital ao centro, o que estabelece novas possibilidades de realocação residencial. O estoque de imóveis vagos, subestimados ou com usos pouco lucrativos é um pré-requisito. Mas, para Smith, não se trata de uma volta das pessoas ao centro e sim do capital, e as forças desse processo são a indústria imobiliária e a indústria cultural. Em lugar de enfatizar os chamados pioneiros que descobrem um bairro e o alteram com sua presença, ação, padrões de consumo, Smith enfatiza o papel de construtores, empreendedores, hipotecas, agentes imobiliários, etc. Alguns grupos retornam, é certo, mas estes são apenas alguns dos atores sociais dessa trama. Para ele, o assim chamado renascimento urbano foi mais estimulado por forças econômicas do que culturais (*idem*). Os argumentos de Smith, potentes quando analisam Nova York, se enfraquecem quando ele postula que o fenômeno vai da Austrália até o Brasil – usando, no nosso caso, exemplos equivocados como os

bairros jardins de São Paulo.³ Como lembra o geógrafo Tim Butler, a *gentrification* ocorre em diversas cidades e nesse sentido é propriamente um fenômeno global, mas não é uma garrafa de Coca-cola.⁴

O argumento central de Smith reside na descontitnuidade do investimento (*rent-gap*), bastante conhecido, uma alternância de investimento e desinvestimento, na qual esse último produz, em valores de terra urbana e propriedades construídas, a possibilidade do reinvestimento. Eis a chave de seu argumento: a relação entre valor da terra e da propriedade, e quando o *rent gap* foi muito longe, pode-se iniciar a gentrificação por atores diferentes, e cá estamos de volta, diz Smith, à relação entre produção e consumo: todas as preferências de consumo não seriam nada se não houvesse financiamento. “As preferências não são pré-requisitos uma vez que elas são criadas socialmente” (Smith, 1979: 545-6, *apud* Hamnett, 1991: 179). De acordo com (o também geógrafo) Hammet (1991), os “gentrificadores” de Smith são meros fantoches passivos das exigências do capital, e temos aqui uma fragilidade em sua formulação, uma vez que isso não explica de onde vem as preferências socialmente construídas, no caso, não explica por que alguns poucos resolvem morar no centro e se tornar um agente do enobrecimento enquanto a maioria sonha em morar no subúrbio. A distinção entre produção e consumo nesse caso não explica quem são esses sujeitos sociais.

A abordagem alternativa enfatiza o consumo e um *pool* de possíveis agentes do enobrecimento urbano. Ao contrário de Smith, temos uma análise mais focada em bases etnográficas e dados qualitativos, e a tônica recai sobre os agentes dessa transformação sócio-espacial e suas divisões em gênero, raça, capital cultural, classes de idade e estilo de vida. Aqui podemos agrupar David Ley, Caroline Mullins e Beaugerard (*apud* Hamnett, 1991), que assinalam o papel crucial desempenhado pelas mudanças na estrutura industrial e

³ Os chamados “jardins” de São Paulo foram projetados por uma companhia de capital inglês a partir das propostas de *garden cities* de Ebenezer Howard, contando com a presença do planejador inglês Barry Parker. Foram concebidos como bairro de elite, como notou Lévi-Straus em 1935: “... os milionários abandonaram a avenida Paulista. Seguindo a expansão da cidade, desceram com ela até o sul da colina para bairros sossegados de ruas sinuosas.” (1998 [1955]:94) Tais bairros não passaram por qualquer decréscimo em seu valor financeiro e simbólico que justificasse a inclusão como um exemplo de bairro enobrecido.

⁴ *Gentrification and Globalization: the emergence of a middle range theory?* (http://www.porteurope.org/IMG/pdf/cahier_ville014.pdf).

ocupacional, situando o gentrificador entre o profissional urbano e a fracção gerencial, uma nova classe média liberal que valoriza a preservação histórica dos centros e o consumo de mercadorias não estandarizadas (Bridge, 2001: 205). Explicar o que eles fazem e porque vão morar nos centros exige que nos desloquemos da esfera da produção para a da reprodução e do consumo. Além disso, prossegue, não há explicação para o não enobrecimento de algumas áreas que sofreram o rent-gap, e arrisco nesse *paper* propor que apenas a história da ocupação de cada cidade pode dar pistas, estejam elas imersas ou não em processos mais amplos de globalização.

Do exposto acima, temos mais do que uma disputa a respeito do significado do termo *gentrification*, mas da perene tensão entre estrutura e agência trazida para sua aplicação. Como assinala Bridge (*idem*: 206), isso se desdobra para uma oposição entre economia e cultura em Lees, produção e consumo em Zukin, modernidade e pós-modernidade em Featherstone, etc.

Em autores como Butler essa abordagem avança para um caminho intermediário e consumo torna-se uma via de acesso não apenas à classe ou gênero, mas à formação cultural. Hamnett e Butler indagam, afinal, o que querem os grupos que elegem viver em áreas centrais? Temos alguns atalhos interessantes na reflexão de Sharon Zukin nos anos 1980, quando em *Loft Living* a socióloga buscou unir uma abordagem mais economicista e com foco na produção à outra que podemos chamar culturalista com destaque para o consumo, abordagens às quais ela agrega aspectos legais, no caso, leis que na Nova Iorque de 1964 e 1968 legalizaram o uso residencial de antigos galpões industriais como residência de artistas, processo que culmina em 1973 com a demarcação do Soho como centro histórico (Zukin, 1989).

Zukin ampliaria sua reflexão em trabalho dos anos 1990 ao trazer para o debate a noção de consumo visual e ao pontuar como chave analítica a visão do antropólogo Marshall Sahlins, verificando de que modo estratégias de produção se articulam a padrões culturais. E mantendo a pista de Smith, segundo a qual o pioneirismo urbano daqueles que “descobrem” um bairro é uma justificativa ideológica para a apropriação (material e simbólica), ela nomeia os atores sociais que ajudam a construir o sistema de produção de uma cidade pós-moderna: o *chef de cuisine*, o garçom que quer ser ator, o curador, o funcionário da galeria de arte etc. Atores e edifícios são parte de uma nova paisagem, ou seja, uma nova ordem social imposta ao ambiente construído ou natural (Zukin, 2000: 84). Se Raymond Williams havia notado que “raramente uma terra em que se trabalha é uma paisagem”, pois “o próprio conceito de paisagem implica separação e observação” (Williams, 1989: 167), o próprio traba-

lho culturalizado, a prestação de serviços que supõe algum capital simbólico passam a fazer parte da paisagem a ser consumida. Isso porque capacidade de dominar um espaço apropriando-se de bens raros que se encontram nele distribuídos e alocados depende do capital que se possui, e mais: o espaço físico permite que o espaço social produza ali todos seus efeitos, possibilitando a acumulação de capital social, encontros casuais, uma quase ubiqüidade. Esse é o argumento de inspiração bourdiesiana que reencontraremos, de forma um pouco distinta, no foucaultiano Donzelot. Nesse sentido, a atenção nos gentrificadores não é menos crítica (ou política, como querem alguns), como pode parecer, do que a abordagem mais estrutural.

E pensando em áreas desindustrializadas de grandes cidades brasileiras, arrasadas ou transformadas em equipamento cultural, podemos indagar se para que o lugar onde não mais se trabalha, mas que já foi um sítio de produção fabril, tornar-se *paisagem*, ou seja, ser re-enquadrado, se não é preciso que junto com as construções ali se apague também a memória do trabalho, elegendo um único edifício ou conjunto dessa área para se “culturalizar” e demolindo o resto. E sobre o resto a ser descartado, e no Brasil é possível citarmos a Mooca em São Paulo e a área ferroviária em Campinas, é preciso perguntar se as novas operações urbanas posteriores ao “bota abaixo” podem ser chamadas de enobrecimento, de *gentrification*. Não creio que possam, se estamos de acordo com a hipótese inicial do léxico do pós-guerra, mas talvez tenhamos aí um novo território a ser nomeado, pois tampouco se trata da corriqueira e amorfa especulação imobiliária sem adjetivos.

O argumento de Hamnett (1991) é que sem uma área passível de gentrificação – e temos aqui o investimento descontinuado nos centros como a contraface da suburbanização – nada acontece, mas que sem grupos de futuros moradores e financiamento para tal, tampouco nada sucederia. Afinal, em cidades nas quais não há habitação em áreas centrais como Dallas ou Phoenix, a gentrificação tem limites, não importa o tamanho da classe dos prestadores de serviços. É preciso haver demanda por tais áreas, e isso depende do crescimento do setor de serviços e suas oportunidades nos centros, em mudanças demográficas e de estilos de vida, de mulheres que adentram o mundo do trabalho, de casais sem filhos com duas fontes de renda etc. e de cidades onde o centro signifique possibilidades de sociabilidade e serviços sociais e de cultura. Sem esses fatores ao mesmo tempo, não há gentrificação, não importa o tamanho do *rent-gap* ou do possível exército de gentrificadores. Essa é a posição de Hamnett e seu grupo de geógrafos britânico, para quem, sem uma visão integrada e complementar desse problema estamos diante da estória

dos homens cegos e do elefante: cada um explica o pedacinho que vê, sem configurar o animal por inteiro. Ou, em outros termos, mesmo se assumindo o *rent-gap* e a nova classe média, o modo como a gentrificação se estabelece continua pouco claro (Bridge, 2000: 206).

Abordagens recentes

Não poderia estar mais de acordo com van Criekingen (2006) quando ele se indaga se as mutações em espaços antigos fora do mundo anglo-americano correspondem às realidades de Nova Iorque e Londres, assim como quando propõe falar de gentrificação em presença de um “processo de produção de um espaço sofisticado e homogêneo a partir um espaço urbano originalmente degradado (...), o qual (...) apresenta transformações no seu aspecto exterior pela *renovação* das edificações existentes (grifos adicionais)” etc. Em seu trabalho sobre o enobrecimento urbano em Bruxelas, ele distingue a gentrificação residencial e de consumo ou, fixa e temporária, assim como o que denomina gentrificação marginal.

A gentrificação marginal (que parece acontecer em São Paulo em parte da zona oeste e pode ser um contraponto interessante às grandes operações urbanas da região sul e sudoeste) é um processo pelo qual alguns bairros centrais são tomados por uma população jovem, muito escolarizada, mais abastada do que seus antigos moradores, sem serem por isso os ricos da cidade (van Criekingen, 2006: 103). É o capital cultural, mais do que apenas o econômico que parece nortear escolhas e classificações. E se fôssemos levar adiante esse argumento, seria preciso observar de modo as redes sociais diversas ocupam o espaço, definindo bairros como aqueles que a partir de redes de ajuda mútua formaram enclaves de imigrantes, por exemplo. O primado da distância e proximidade: pois é disso que se trata, uma vez que essa presumida camada escolarizada tem como um contraponto no espaço urbano – contraponto, claro, a ser evitado – não apenas os bairros pobres da cidade como aqueles inatingíveis e outros, rejeitados por representarem estilos de vida a serem interditados.

A partir da noção de capital cultural, pode ser um bom momento para introduzirmos a visão de Jacques Donzelot, que pensa o enobrecimento em consonância com outras duas formas de apropriação do espaço, construindo uma tipologia urbana: *gentrification*, marginalização e a periurbanização, que ele denomina três velocidades urbanas – algo como um tipo ideal, um princípio de inteligibilidade visando entender a lógica dessas que não são apenas divisões e sim separações (Donzelot, 2007:107).

Em sua tipologia, a marginalização é composta de famílias de classe média que decidem trocar a cidade por um meio ambiente mais atrativo, muitas vezes impulsionadas pelo preço proibitivo da terra em áreas centrais. Oposta, nesse sentido ao enobrecimento, a periurbanização também se diferencia da marginalização – esta diz respeito ao espaço físico e social dos conjuntos habitacionais. Pensados para uma sociedade industrial, sonho dos arquitetos e engenheiros modernos, tais empreendimentos tiveram seus usos e significados alterados quando da redução do trabalho industrial menos qualificado, assim como de uma ocupação de imigrantes que “espantaram” moradores de classe média. Mudou o enquadramento: de uma ilustração da modernidade, tais conjuntos passaram a simbolizar a marginalização, desterro e ostracismo. Os habitantes desses lugares são, para o autor, os sem-escolha, cujas relações inter-pessoais são de puro constrangimento (aqui não sei se concordo inteiramente com ele, como se constrangimentos fossem mera questão de classe social), uma vez que eles não podem escolher seus vizinhos (ao contrário dos outros dois tipos ideais de velocidade urbana) (*idem*).

O que Donzelot assinala é que eles estão duplamente amarrados, padecem de um duplo constrangimento: moram entre iguais e não podem constituir um “nós” identitário, pois no meio francês tais sujeitos sociais podem tudo, menos depender de origem e cultura, pois isso vai de encontro às leis da república. Para o autor, os espaços marginalizados fazem valer seu nome: relações marcadas por sérios constrangimentos, imobilidade, insegurança no espaço comum. Se tais espaços foram deteriorados por uma crise de emprego, é notável que novos arranjos econômicos não os incluam, que pareça recair sobre tais áreas um destino social. Eles estão longe, espacial e socialmente, de empregos viáveis, o transporte é moroso e caro, um caso de desencontro espacial (*spatial mismatch*) ou que Bourdieu chamou “efeito de lugar”, ou seja, a falta de capital só faz intensificar essa experiência – ela prende a um lugar (Bourdieu, 1993: 164). Não por acaso, o símbolo do modernismo e suas boas intenções – atadas a um momento de pleno emprego industrial – que foi implodido em 1972 foi um extenso conjunto habitacional americano (Harvey, 1992: 45-6).

Assim, não espanta que aqueles que elegem o espaço periurbano procurem se distinguir do primeiro caso, da imobilidade em todos os sentidos. Os habitantes das áreas marginalizadas seriam um elemento disruptivo nesse estilo de vida calmo e em tese próximo da natureza, e essa incompatibilidade não é irrelevante ou temporária. São áreas e habitantes impelidos a uma hiper-mobilidade, à onipresença do automóvel e a relações interpessoais que visam a proteção do sonho bucólico e comunitário – a imagem de uma aldeia. Trata-

se de um espaço de escolhas (escola, amigos), de viagens diárias e circulação. Os habitantes dos conjuntos habitacionais aparecem como “outros”, assim como os Bobos que habitam o espaço enobrecido, sendo que estes não precisam enfrentar as mesmas dificuldades – os longos trajetos, tampouco a sensação de imobilidade.

Sim, pois trata-se de um movimento oposto, no qual a proteção é substituída pela valorização, pelas relações inter-pessoais seletivas. Na *gentrification* (Donzelot pensa sobretudo em Paris) as pessoas se movem mais por valorização do que por segurança, e não se limita o acesso a quem não se quer, e não se tenta restringir áreas a uma elite auto-declarada. O processo seletivo de relações inter-pessoais aparece como um produto “natural” do mercado. Ao contrário dos periurbanitas que perdem tempo se deslocando, os habitantes de bairros enobrecidos não estão presos à mobilidade ou imobilidade, pois seu lema é a *ubiquidade*, por conta da proximidade entre casa e trabalho e da eficiente rede real ou virtual que os autoriza a estarem em qualquer lugar do globo. Quanto à segurança, o próprio valor da terra mantém os plebeus da *banlieue* à distância enquanto as lojas operam uma vigilância discreta.

Donzelot admite que definir o enobrecimento a partir de relações inter-pessoais seletivas pode soar como um *nonsense* e lembra que até a década de 1980 este era um fenômeno marginal associado a um modo de vida boêmio – este foi o caso do *Greenwich Village*. Tornou-se contudo o modo de se estar na cidade e um princípio de produção do espaço urbano, o modo de se valorizar esse produto chamado cidade que as classes médias haviam abandonado por sua densidade e seus distúrbios. Trata-se de usufruir das qualidades da cidade sem suas desvantagens, um processo que gera um produto que atrai os que podem por ele pagar, ao mesmo tempo em que garante que os que não podem desapareçam. Para ele, Paris constitui um laboratório de enobrecimento, assim como Nova Iorque para as grandes cidades globais. O espaço enobrecido é aquele onde se constrói uma carreira, onde as mulheres não deixam de trabalhar para cuidar dos filhos (como no espaço periurbano), onde se pode ter uma vida social intensa, onde um “estado mental global” pode acontecer, com seus cafés, restaurantes, lojas e galerias que visam uma comunidade mundial, ainda que virtual. Os enobrecidos podem ir trabalhar a pé e viver de acordo com tendências mundiais, ou seja, eles escapam da mobilidade e da prisão ao local – por isso a *ubiquidade*.

Uma abordagem que escorrega dessa, ainda que não nomeada, trata a gentrificação em termos de *habitus* e distinção. Bridge lembra o papel que o tempo tem como uma força simbólica na teoria social de Pierre Bourdieu e

propõe um papel similar, seguindo as pistas de David Harvey, para o espaço. O espaço pode ter o mesmo papel na ordenação simbólica de *habitus* culturais e de classe, e a gentrificação representa uma forma de reestruturação de ordens simbólicas de tempo e espaço em relações de classe. Para o geógrafo, a gentrification lida com uma classe ou fracção de classe em formação, de modo que é provável que seus membros sejam conscientes não apenas de sua relação com a classe trabalhadora, mas sobretudo com as outras fracções da classe média, que seja uma nova fracção definida em alguma medida por sua auto-consciência: “A nova classe média é uma classe reflexiva” (Bridge, 2001: 211) e se as disposições da burguesia tradicional são tácitas, as práticas estéticas da nova classe média são públicas, discursivas e auto-conscientes. A renovação da habitação de área central da classe baixa seria um conjunto de práticas inconcebíveis há 40 anos, prossegue Bridge, quando a única ambigüidade era a respeito de qual estética poderia distinguir a classe média de seus vizinhos trabalhadores e justificar a compra de uma casa na área central. Hoje a renovação das moradias contrasta com a modernização pretendida pela classe trabalhadora, assim como com as casas de classe média dos subúrbios. Preservação no lugar de modernização começou como uma reação a um *habitus* de classe trabalhadora, e foi reforçado por um senso de distinção entre essa classe média urbana e aquela que ocupava casas nos subúrbios – os periurbanos de Donzelot. A área central revitalizada torna-se uma vitrina de diferença e distinção, e é a estética que sinaliza o aspecto qualitativo. No que tange o espaço e suas lutas, o *habitus* é caracterizado por bairros, moradia, estilo de vida e consumo. No caso da gentrificação, diz respeito a uma maximização da posse de bens raros e finitos (o centro tem seus limites geográficos), ainda que nem sempre calculados, controlados e conscientes.

● O interessante dessas duas últimas abordagens, a meu ver, é o que permitem pensar para as cidades brasileiras.

● Voltando a van Criekingen, no Brasil as pesquisas demonstram (até agora, mas às vezes acho que isso pode mudar logo) que gentrificação pode ser um sinônimo de revitalização, ou que este pode ser um eufemismo do primeiro, mas isso pouco tem a ver com habitação. Temos um enobrecimento dos eventos, das festas, dos usos temporários. É mais um enobrecimento vinculado ao tempo do que ao espaço, como demonstrou Proença Leite em seu estudo sobre o Bairro do Recife: a *gentrification* chegava quando o sol se punha e partia de madrugada (Leite, 2004).

● Talvez uma pista esteja em características de nosso déficit habitacional – não se trata exatamente de um déficit para a parte mais escolarizada de nossas

classes médias. Talvez, como escreveu Lévi-Strauss, aqui a passagem do tempo não significa necessariamente uma promoção para nossas cidades; e se isso for algum sentido, por que quem pode escolher onde habitar escolheria uma antiga área operária, por exemplo?⁵ De qualquer modo, proponho a validade de uma pesquisa em áreas enobrecidas, com base nas realizadas em Paris nos bairros abastados, pesquisas nas quais a proximidade de atores sociais provenientes das mesmas escolas e com pontos convergentes nas suas trajetórias sociais sugerem algo parecido com as redes de sociabilidade de Donzelot.

Voltemos ao início desse texto e a seu argumento central, que retoma a conchagem do termo e seus desdobramentos. Gentrificação/enobrecimento, assim como revitalização,⁶ requalificação e outros termos análogos passam a ser um léxico recorrente, que transborda do vocabulário dos técnicos e conhecedores, sai dos estudos acadêmicos para a imprensa, é incorporado pelos movimentos sociais urbanos. Mais do que meros eufemismos para uma forma contemporânea de limpeza urbana, tais termos passaram a ser “lugares comuns”: palavras guarda-chuva que ao cobrir situações diversas terminam sem significado, ou termos associados a um lugar-comum onde falas diversas que se encontram (Bresciani, 2001: 343). Num e noutro caso, resta saber como termos técnicos de saberes eruditos transladaram para a linguagem política, administrativa, jornalística e popular, e que significados foram suprimidos e agregados. Se revitalização transladou para o vocabulário laudatório de tais intervenções, enobrecimento transbordou para os movimentos de reivindicação de direitos urbanos, de moraria etc. Num e noutro caso, podemos

⁵ Valeria uma pesquisa como as conduzidas em Paris pelo casal Pinçon.

⁶ Revitalização é um termo que vulgarizou-se de tal forma que perdeu o sentido original. No uso corriqueiro, traz embutida a visão de um lugar antes sem vida, “desvitalizado”. O conceito, empregado pela UNESCO em suas Normas de Quito de 1962 referia-se a ações de cidadania que pudessem paralisar ações destrutivas. Mas foi na Conferência de Nairobi de 1976 que o termo ganhou contornos mais nítidos, como parte de uma ação de salvaguarda que deveria abranger identificação, proteção, conservação, restauração, reabilitação e manutenção de conjuntos históricos. Revitalização seria “manter as funções apropriadas existentes e em particular o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano e regional ou nacional em que se inserem. (...) uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em pólos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes” IPHAN/MINC (1995: 263-4).

nos indagar a respeito da criação de um “efeito teoria”, como escreveu Bourdieu no já citado *La Misère de Monde*.

Prosseguindo, assim como “patrimônio” e revitalização, o enobrecimento pode ser, para usar a expressão de Christian Topalov, uma “palavra da cidade”.⁷ Topalov segue uma formulação de Émile Durkheim, para quem “o espaço não poderia ser ele mesmo se, exatamente como o tempo, não fosse dividido e diferenciado”, avaliando o modo como os espaços e as identidades urbanas são constituídos pela linguagem, por nomes que distinguem, reagrupam, ordenam e qualificam. Tais esquemas classificatórios são permeáveis às distintas posições que aí se inscrevem, mas podemos pensar que alguns desses esquemas sejam parte de acordos gerais que mantêm em relativa ordem o registro simbólico. A linguagem, e a linguagem sobre a cidade, seus cantos, antros e suas classificações, tudo isso é tanto vetor como indício de conflitos e suas possíveis soluções (Depaule e Topalov, 2001: 19-20). Ainda com Durkheim, tais formas de classificação tornam-se formas sociais, arbitrárias – no sentido de serem relativas a um grupo particular (*apud* Bourdieu, 2000:8). O que está em jogo com as áreas centrais é o monopólio da violência simbólica, a que grupos cabem decidir o que fazer com elas, dizer o que elas são ao se construir pretensas vocações (essa, uma palavra comum ao léxico dos urbanistas). No caso, parece que os estabelecidos invadem o sítio dos *outsiders*, ou melhor, que os novos *outsiders* têm mais ferramentas simbólicas para enquadrar o lugar do que quem antes o ocupou, ali se estabeleceu durante o *rent-gap*.

É preciso dizer que os espaços enobrecidos nunca foram antes aqueles da “grande miséria” (ou pelo menos de uma grande miséria em tempos recentes, passível de rememoração); o que não minimiza o padecimento daqueles que se julgavam estabelecidos e se vêem invadidos por um tipo peculiar de *outsider*: *outsider* em relação a outras frações de classe e outros espaços da mesma cidade, mas indubitavelmente estabelecido para os padrões da localidade (ao menos economicamente, embora questões de gênero possam aí intervir). Essa proximidade física, mais do que a exclusão, é uma pequena miséria, ou melhor, a grande violência simbólica. O espaço é um lugar onde o poder se afirma e se exerce e os espaços arquitetônicos “cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a

⁷ Refiro-me ao amplo projeto de pesquisa *Les mots de la ville*, que é conduzido em diversos países, sob a direção de Topalov.

etiqueta nas sociedades de corte, a reverência, o respeito (...) são, sem dúvida, os componentes mais importantes em razão de sua invisibilidade, da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico” (Bourdieu, 1993: 163). Isso porque não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e distâncias sociais, sob uma forma mais ou menos deformada e confusa e mais, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta (*idem*, 160).

O lugar enobrecido não está privado de centralidade e capital, mas isso pode ocorrer sob a aparência de modalidades diversas, pois trata-se de oposições simbólicas objetivadas no espaço físico. O bairro assim cultural e simbolicamente investido potencializa o capital, consagrando cada um dos seus habitantes, ao permitir participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes.

O enobrecimento urbano não deixa de ser uma modalidade contemporânea de higienismo, encoberta por um discurso de vida e apreço à cidade. Dialoga com diversas outras formas de ocupação segregação urbana ao conferir um valor simbólico ao lugar, e a partir daí auferir outros valores. Assim fica claro o empenho em revitalizar por meio de equipamentos culturais: é preciso um certo capital para se apropriar deles. Afinal, a cidade é feita de fronteiras, que tanto impedem que os atores sociais considerados impróprios entrem, como que os legítimos saiam e assim se desclassifiquem.

O que é preciso, sem dúvida, é objetivar as escolhas, nomear os constrangimentos. Para se falar do impacto de um edifício, ou um conjunto deles, que ao fim e ao cabo promovem o enobrecimento, não basta, como fez Mike Davis (1990: 215-21) desqualificar os residentes ou os intermediários sociais, como os arquitetos, que também fazem de seus projetos plataformas para seu campo de atuação, e das áreas enobrecidas um palco de experimentação de novas linguagens. Estes agem, em outras palavras, segundo padrões de intenção (Baxandall, 2005: 80-1). Ainda que as escolhas menos acusatórias possam parecer menos políticas do que as abraçadas pela geografia marxista, é preciso aceitar o desafio de se evitar falsos dilemas. O enobrecimento não é apenas uma política de exclusão, mas uma faceta delicada das dinâmicas urbanas, uma vez que quanto mais afirma o valor e o papel da cidade, lembra que o ar da cidade liberta apenas aqueles que sabem e podem nela viver.

Finalizando, por que “enobrecimento urbano”? Mais do que uma mera tradução para evitarmos anglicismos, trata-se de um reconhecimento da origem anglo do termo e do quanto ele precisa ser adjetivado para explicar o que

acontece em outros mundos. Afinal, no português falado no Brasil há o lugar comum de se qualificar áreas, bairros e ruas como nobres. Sem nobreza estrita numa república jovem, enobrecimento remete os novos nobres que ocupam espaços urbanos, deixando ali seu nome e suas marcas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATKINSON, Roland e BRIDGE, Gary (2005), "Introduction", in Atkinson, R. e Bridge, G. (eds), *Gentrification in a global context: The new urban colonialism*. London/New York: Routledge, 1-17.
- BRANDALL, Michael (2005), *Padrões de intenção*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRESCIANI, Maria Stella (2001), "Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950)", in Bresciani, M. S. (org.), *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 343-66.
- BRIDGE, G. (2001), "Bourdieu, rational action and the time-space strategy of gentrification". *Transactions of the Institute of British Geographers*. New Series, vol. 26, 2, 205-16.
- BOURDIEU, Pierre (1993), "Effets de lieu", in Bourdieu, P. (org.) *La misère du monde*. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DAVIS, Mike (1990), *Cidade de quartzo*. São Paulo: Scritta.
- DEPAULE, Jean Charles e TOPALOV, Christian (2001), "A cidade através de suas palavras", in Bresciani, Maria S. (org.), *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 12-20.
- DONZELOT, Jacques (2007), "The three speed city", in Stiftel, B., Watson, V. e Acelrad, H. (ed.) *Dialogues in Urban and Regional Planning 2*. London/New York: Routledge.
- GLASS, Ruth (1964), "Introduction: Aspects of change", in Centre for Urban Studies (ed.), *London: Aspects of change*. London: MacGibbon and Kee.
- HAMNETT, Chris (1991), "The blind men and the elephant: the explanation of gentrification". *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, vol. 16, 2, 173-89.
- HARVEY, David (1992), *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- JACOBS, Jane, 2003 [1961], *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- LEITE, Rogério Proença. (2004), *Contra-usos da cidade*. Campinas/Aracaju: Ed. UNICAMP/Ed. UFS.
- LEPETIT, Bernard (2001). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp.
- LESSING, Doris (1998), *Andando na Sombra. Segundo volume da minha autobiografia, 1949-1956*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1998 [1955]), *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SLATER, Tom (s.d.), "What is gentification". (www.verygood.f9.co.uk/gentweb). Acessado em 19 de junho de 2001.

- SMITH, Neil (2000), *The new urban frontier. Gentrification and the revanchist city*. London/ New York: Routledge.
- SMITH, Neil e WILLIAMS, Peter (eds.) (1986), *The gentrification and the city*. Boston: Allen & Unwin.
- VAN CRIEKINGEN, Mathieu (2006), "A cidade renasce! Formas políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas" in Bidou-Zachariasen, Catherine, *De volta à cidade*. São Paulo: Annablume, 89-120.
- WILLIAMS, Raymond (1989), *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ZUKIN, Sharon (1989), *Loft living: culture and capital in urban change*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- ZUKIN, Sharon (2000), "Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder", in Arantes, A. (org.), *O espaço da diferença*. Campinas: Papiрус.

**PLURAL DE CIDADE:
NOVOS LÉXICOS URBANOS**

Carlos Fortuna
Rogério Proença Leite (Orgs.)

SÉRIE CIDADES E ARQUITECTURA

Cidade


ALMEDINA

 ces